

Editorial

Profissionalização e politização da burocracia pública

Alketa Peci¹¹ Fundação Getúlio Vargas/Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas, Rio de Janeiro/RJ – Brasil

O quarto número da RAP de 2019 reúne um conjunto de artigos que discutem a burocracia brasileira por vários olhares, recortes e perspectivas. O setor público e as várias organizações, carreiras e redes que a configuram têm sido objeto de maior escrutínio político e público, particularmente em contexto de crise econômica e fiscal. Boa parte das propostas de reforma, entretanto, não se baseia num diagnóstico adequado, até porque a burocracia pública não é um ator monolítico, mas um conjunto de instituições e atores com capacidades e interesses díspares. Vários artigos publicados neste número da revista podem ajudar a diagnosticar mais corretamente gargalos burocráticos, desconstruindo o senso comum que prevalece sobre aspectos como o grau de profissionalização ou a captura política da burocracia.

O crescimento da burocracia pública no Brasil e suas consequências em termos de capacidade burocrática e politização são, por exemplo, discutidos em alguns trabalhos, como “Profissionalizando a burocracia e construindo capacidades: avanços desiguais na administração pública brasileira?”, de Ciro Campos Christo Fernandes e Pedro Lucas de Moura Palotti, e “Filiações partidárias e nomeações para cargos da burocracia federal (1999-2018)”, de Felix Lopez e Thiago Moreira da Silva. Esses estudos fazem uma radiografia fina da alocação da força de trabalho no nível federal, renovada em 54% (de 567.157 funcionários federais ativos, em 2014), mapeando como este contingente foi prioritariamente alocado em funções distributivas do Estado e traduzido em novas carreiras de “*middle manager*”, ao exemplo dos analistas de políticas sociais ou analistas de infraestrutura ou áreas meio, como analistas de tecnologia de informação. Os trabalhos também evidenciam a boa formação e experiência observadas nessas carreiras emergentes e sua percepção do alto grau de autonomia, porém baixa influência nos processos decisórios e ascensão em altos cargos comissionados.

Focando nos cargos de comissão, DAS, os artigos indicam que critérios de politização e *expertise* competem por espaço. Lopez e Silva demonstram que o percentual moderado de filiados a partidos nos cargos do médio escalão da burocracia, em torno de 12%, e da alta burocracia, abaixo de 30%, sugere um controle brando sobre a identidade político-partidária dos ingressantes na burocracia de livre provimento. Conjuntamente, o estudo destaca que, nos governos do PT, aumentou o percentual de filiados a partidos, especialmente os nomeados de fora do setor público, e também a profissionalização nos cargos DAS. Nos trabalhos também se observa que as taxas de filiação dos integrantes da alta burocracia, que eram mais distribuídas entre os partidos de coalizão durante o governo FHC, passam a ser concentradas no Partido dos Trabalhadores. Ao lado de possíveis diferenças nas estraté-

DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/0034-761242019>

gias de governo, é possível que existam diferenças nas características programáticas, organizacionais e estratégias de ação dos principais partidos que governaram o país desde o final dos anos 1990.

Os aspectos políticos como obstáculo à gestão estratégica de pessoas na gestão das casas legislativas federais no Brasil também são discutidos no artigo de Felipe Guimarães Côrtes e Pedro Paulo Murce Meneses. Daniel Caminha recorre ao método biográfico para analisar a trajetória de Luiz Simões Lopes, o principal dirigente responsável pela implementação do Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP). O resgate dessa trajetória histórica no âmbito das lutas políticas pelo controle do Estado brasileiro torna-se relevante no contexto de rediscussão do papel do Estado.

Outros artigos reunidos neste número apresentam a discussão da gestão pública no contexto de governança, entendida como um novo *modus operandi*, regido pelos princípios da transparência, participação, integridade, conformidade legal, equidade e efetividade. O artigo de Rodolfo Santos, “Influência da governança pública na eficiência da alocação dos recursos públicos”, demonstra que alguns desses princípios influenciam positivamente a eficiência na aplicação dos recursos públicos. Os demais trabalhos estudam a governança pública como relação público-privadas e focam em setores importantes, como a saúde e o ensino. Por fim, o artigo “Gestão fiscal, eficiência da gestão pública e desenvolvimento socioeconômico dos municípios cearenses” utiliza a análise envoltória de dados (DEA) para indicar que a gestão fiscal e a eficiência da gestão pública influenciam positivamente o desenvolvimento socioeconômico municipal, sinalizando que os gestores públicos devem melhorar a eficiência de sua gestão e observar as regras de controle fiscal.

No seu conjunto, os artigos indicam a relevância de uma gestão pública profissional, eficiente e plural e sua contribuição para o fortalecimento institucional da burocracia e para o desenvolvimento socioeconômico do país.

Desejamos a todos uma boa leitura!

Alketa Peci

Editora-chefe

Alketa Peci



<https://orcid.org/0000-0002-0488-1744>

Doutora em Administração e professora associada da Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas da Fundação Getúlio Vargas; Editora-chefe da Revista de Administração Pública (RAP). E-mail: alketa@fgv.br